

Autonomização e autonomia: uma complexa relação no campo da pesquisa educacional brasileira.

Vera Henriques

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de uma trajetória de preocupações que resultou na escolha da área de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (PG-EDU) representada pela ANPEd como centro de estudo. Um longo período de reflexões articuladas durante vários anos buscando entender a especificidade da produção de conhecimento no campo educacional e, em especial no campo educacional brasileiro, pode ser considerado o início da reflexão sobre o tema. Partindo de ângulos epistemológicos diferentes, questões foram se definindo em relação ao aspecto plural de formação da área e ao seu modo de atuação frente à realidade. Interdisciplinaridade e ciências da educação são, assim, os eixos através dos quais tento focar o assunto, percebendo que a vinculação entre educação e ciências sociais e as possíveis questões advindas dessa relação se constituem como um marco a ser trabalhado.

Sob uma vertente sociológica, busco analisar a identidade do campo educacional tendo por referência o pensamento desenvolvido por Bourdieu em relação à noção de campo. Identifico a área educacional como um campo de produção de conhecimento, que se constrói a partir de parâmetros relacionais, definindo sua produção como o jogo estabelecido entre os agentes dentro do campo, em relação aos outros campos e às condições objetivas externas.

A partir de então o campo educacional surge em minhas reflexões como um espaço de produção de conhecimento socialmente estruturado, consistindo no conjunto de relações históricas, onde seus agentes individuais e institucionais lutam em função da posição que ocupam nesse espaço. Lugar, portanto, de lutas e associações, concorrências e acordos, mas onde não deixa de existir certa rivalidade entre eles, no sentido de estabelecer um monopólio sobre os interesses que estão em jogo naquele campo. Nesse sentido, voltando a Bourdieu (1976), entendo que não é possível separar em um campo qualquer de produção de conhecimento, a capacidade técnica do poder simbólico. São elementos constituintes do que se pode definir como competência científica de uma área.

O campo e suas relações

Tendo em vista que a busca de relações, mais do que a aplicação de paradigmas explicativos constitui o procedimento metodológico assumido neste trabalho, não cabe falar de definições ou conclusões. Portanto, ao invés de respostas, o que proponho é antes o ato de recolocar pontos que tendo surgido com força impositiva, no decorrer de todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa, tendem a assumir a forma de considerações reflexivas.

Inicialmente, constatei ao analisar a inserção da área da Pesquisa e PG-EDU no espaço da luta e na luta por um espaço no interior da PG no país, que o processo de autonomização do campo educacional como disciplina científica está – como acontece com as demais áreas de conhecimento – diretamente relacionado às demandas do campo do poder. Todavia, foi possível entender que tais demandas tendem a assumir para essas áreas ao longo do tempo, um significado relativo à posição e às tomadas de posição que cada área ocupa como disciplina naquele espaço da PG. A autonomia do campo educacional e o reconhecimento de seus limites estão assim, sujeitos a uma variação, conforme a conjuntura histórico-social e política considerada.

Pude então, partindo dessas constatações, considerar que a ANPEd como um campo definido por relações, surgiu fundamentada em uma proposta de autonomia no espaço da PG-EDU e em resposta à necessidade de afirmação das condições de pesquisa para a área educacional e em especial para seus professores pesquisadores: em uma época que a PG como um todo assumia um papel de destaque na construção da identidade de uma política nacional de educação; em uma sociedade que tinha como horizonte o desenvolvimento científico-tecnológico a serviço da formação da sociedade nacional. Aquela conjuntura afetava conseqüentemente a pós-graduação e a pesquisa refletindo sob um ângulo específico a relação Estado / universidade. A ANPEd, surgiu portanto, simultaneamente como parte e resultado do universo dessas discussões. Foi sob essa ótica que entendi a postura de auto-definição do espaço de autonomia pela ANPEd colocado a partir de seu lugar na sociedade civil e em oposição ao Estado, fazendo parte portanto, de sua linha de atuação nesse contexto histórico. A demanda por autonomia está presente tanto no período de sua criação em 1978, quanto em 1986, quando a entidade se repensava em seu papel diante da comunidade acadêmica como um todo e em particular para aqueles que a formavam, pois em *Boletim Especial de 1986*, dedicado à discussão da *ANPEd que temos* para dali partir para as sugestões da *ANPEd que queremos*, a autonomia é reafirmada através de reflexões a respeito do *papel das Associações Científicas na sociedade civil*. Colocou-se ali, ao lado do *problema da identidade* dessas associações, a questão de sua *autonomia frente ao Estado* (*Boletim ANPEd*, v 8, n 3-4, p 43-63, 1986).

Por outro lado, foi possível entender que o processo de autonomização do campo educacional existe em dependência às lutas que os agentes travam no seu interior, em busca de uma definição dos objetos e das práticas que ali são tidas como legítimas. Isso, empreendido através de uma disputa concorrencial por capital social entre instituições e que penso mais especificamente no âmbito da organização interna da ANPEd em nível de Diretoria, GTs e Fórum de Coordenadores. Constatei a existência de uma luta que se estabelecendo como forma de luta pela conquista de prestígio no interior do campo da Pesquisa e PG-EDU via ANPEd, vai se definindo através de estratégias e investimentos que extrapolam o campo da Pesquisa e PG-EDU, constituindo-se enquanto busca de capital intelectual e poder dentro do campo educacional como um todo. Desta feita, pude entender que o fortalecimento dessa luta por capital social, mesmo estabelecida no interior da ANPEd, na medida em que expressa uma forma de afirmação de uma legítima prática de produção de capital intelectual da área, se torna também um meio de assegurar o reconhecimento para o campo educacional em seu processo de autonomização como campo de produção científica.

Outro ponto a ser considerado está ligado ao fato da impossibilidade de negar a existência de relações determinantes na formação social brasileira a nível de ensino superior advindos da dicotomia Estado / sociedade civil. O trabalho de pesquisa que desenvolvi indicou que sem desprezar essa oposição, mas também sem reduzir a análise a seus limites, é possível dizer que a ANPEd ao longo de sua existência tem construído um projeto de autonomia que em parte reflete a sua condição no interior dessa relação; simultaneamente atrelada ao Estado em função da necessidade de financiamento para suas diversas atividades, e ao mesmo tempo assumindo-se como representante da sociedade civil. Nesse sentido, por um lado a busca de autonomização assume para a ANPEd a expressão da convivência e do enfrentamento com o governo; por outro, é empreendido pela ANPEd um processo de fechamento, e busca para a definição de normas internas e de orientação. Pode então, perceber essa dinâmica configurada por uma correlação de forças estabelecida em três momentos históricos diferentes.

Um primeiro momento, correspondente ao processo de criação e afirmação da ANPEd dentro da área da Pós-Graduação. Naquela conjuntura, os princípios defendidos pela entidade se pautavam por uma nítida contraposição às decisões de uma política e de uma legislação de cunho direcionador, estabelecidas dentro e pelo regime autoritário e de face militar, cujas bases remontavam à Reforma Universitária de 1968. Entendi que para a ANPEd estabelecer à época de sua criação o problema da sua autonomia significava apresentá-lo conforme a busca do fundamento de uma *autonomia que se tinha*, isto é, autonomia que naquele âmbito se colocava como “dada”, ao invés de ter sido conquistada, pois era proveniente do estabelecimento de normas e leis e se definia em relação ao instituído. Era portanto, pela finalidade visada por uma busca do fundamento para essa autonomia que surgia a ilusão do fundamento autoritário, passando então a ser colocado pelo argumento irresistível de um Estado-poder, ao qual necessariamente o outro lado da oposição ou seja, a sociedade civil, deveria estar em contradição.

Todavia, o que constatei foi que a busca, através dessa polarização estado / sociedade civil tendeu a ser uma busca infundada por sua própria “impossibilidade” de ser ultrapassada, mas somente discutida. O que se conseguiu dentro da ANPEd sob essa ótica foi estabelecer definições circulares que estão circunscritas à dicotomia que por si mesma se justifica. A discussão sobre a autonomia foi transformada em critérios de avaliação conforme a dimensão teórico-ideológica do intérprete, quando então constatamos que os argumentos explicativos apresentados por pessoas ligadas à Instituição a respeito da formação da ANPEd indicam que se está diante de um conjunto de conceitos e explicações que podem ser remetidos a três alternativas de análise social: uma primeira que parte da formulação da idéia de racionalização burocrática; outra, que se fundamenta na noção de classe social; uma terceira que tem por base de explicação a categoria de movimento social, que no âmbito da literatura sociológica contemporânea são linhas de desenvolvimento respectivamente representadas por Max Weber, Nico Poulantzas e Alain Touraine .

Dada portanto à circularidade da discussão foi possível identificar, ainda dentro dos limites da proposta dicotômica entre Estado / sociedade civil, uma tendência de se fixar no extremo oposto. Surgiu assim o estabelecimento da busca da autonomia através do que se pode chamar de uma inclinação ao princípio corporativista pela área educacional enquanto área de ensino e pesquisa. O que ocorreu naquele momento foi uma postura de

radicalização da proposta de autonomização, que pode entender no interior de um contexto sócio-político de tentativa de afirmação pelos diversos movimentos sociais da época, em busca de identidade própria frente ao Estado. A ANPEd buscava naquela conjuntura a *autonomia que gostaria de ter*.

Restava saber se essa demanda por autonomia teria sido suficiente para se obter o resultado que a ANPEd esperava, sendo capaz de conseguir sua autonomização no interior do campo político-educacional. Ou, em outros termos: teria, a recusa da ANPEd em se tornar parceira do processo de avaliação dos cursos de pós-graduação promovido pela CAPES, ajudado àquela Associação a confirmar a autonomia que se desejava para ela em relação ao Estado ?

Considerando o processo de autonomização buscado pela ANPEd, dimensionado pela condição relacional entre fatores internos (atividades de funcionamento) e fatores externos (política de pós-graduação), entendo a existência de uma dimensão funcional no âmbito das relações internas entre os membros daquela entidade que, sem explicitar a problemática sobre autonomia se estabelece como um princípio básico de certa forma direcionador para sua conquista.

Assim, na ótica do conhecimento praxiológico¹, foi possível entender que simultaneamente à busca explícita por autonomia pelos membros da ANPEd, tal como se nos textos de seus membros que foram analisados, existe uma dimensão onde não se trata de colocar as razões sobre a autonomia, mas de se estabelecer pela prática dos agentes ali inseridos, condições objetivas para a conquista da realização da autonomia que é formalmente proclamada. O estabelecimento dessas condições não depende nem somente da “boa vontade” dos governantes e/ou da “força política ou intelectual” dos membros da ANPEd, nem da conjuntura histórica específica como sistema de relações objetivas independentes dessas consciências e dessas vontades individuais. Sem negar esses princípios, elas passam pelo exercício de uma prática de luta concorrencial que dentro da ANPEd se trava entre as instituições a fim de conseguir autoridade e competência científica no interior do campo educacional e em especial da pesquisa e da PG-EDU. Os membros individuais e as instituições da ANPEd, representam agentes naquele campo, ao passarem, de acordo com as posições relativas que ocupam naquele espaço, por um processo de internalização das representações objetivas que ali são estabelecidas pelo jogo da concorrência e da luta pelo poder, desenvolvendo *habitus* específicos voltados para a competitividade. Percebo portanto que a partir de um saber prático estabelecido consoante as leis de funcionamento do campo ANPEd, existe o domínio de um código comum entre os agentes ali inseridos que passa a estruturar suas práticas no interior do campo educacional como um todo. Nesse sentido, as determinações e as exigências que surgem no campo da PG-EDU, passam a ser vivenciadas por aqueles agentes sob o crivo dessas práticas, empreendidas enquanto conquista de capital simbólico - poder que define as probabilidades de ganho ou de perda dentro do campo educacional.

¹ Desenvolvida em seu livro *Esquisse d'une Theorie de la Pratique* (1972) a idéia de conhecimento praxiológico é colocada por Bourdieu como uma alternativa às reduções realizadas pelo conhecimento fenomenológico e objetivista. Trata-se então de estabelecer uma forma de conhecimento onde se considera o duplo processo de interiorização da exterioridade pelo agente, e de exteriorização da interioridade, através do campo.

A base da construção metodológica desse eixo de reflexão foi estabelecido nesta pesquisa pela constatação da existência de uma luta concorrencial a nível institucional na ANPEd, quando os vários Programas de PG-EDU participam em dois níveis da estrutura organizacional daquela entidade: na representação em eventos oficiais ligados à ANPEd, tais como o Comitê Assessor de Educação (CA) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e em uma dimensão interna da ANPEd, representada pela Diretoria, Grupos de Trabalho (GTs) e Fórum dos Coordenadores. Aspectos esses, simultaneamente inseridos e definidos no interior das relações com a Política Nacional de Pós-Graduação no país.

Aceito, portanto, como válida a idéia de que se a ANPEd enquanto campo possui nesses níveis de relações, hierarquias e disputas, como princípios reguladores internos do poder e da competência científica significa que também se estabelece a partir dali uma lógica específica de funcionamento na qual os agentes procuram se ajustar, ou seja, existe um espaço de competição no qual instituições e/ou agentes individuais estão dispostos a entrar e jogar. Percebo que as estratégias e as decisões para a entrada nesse jogo são determinadas pelo lugar que esses agentes ocupam dentro da ANPEd e por suas tomadas de posição naquele campo. Sob essa ótica, admito que a existência de um processo de autonomização desenvolvido dentro da ANPEd, entendido em concordância ao *senso prático*, ao conhecimento das regras e ao *sentido do jogo* social que ali é praticado por seus agentes existe não apenas em âmbito interno, mas voltando-se para o atual espaço externo onde se exige o princípio da competitividade como elemento direcionador.

Em decorrência a essa constatação considero que no processo mundial de globalização, onde um dos princípios básicos é a noção de competitividade, se abre um espaço para a realização do *habitus* desenvolvido pelos agentes da ANPEd no jogo pelo capital simbólico dentro do campo da pesquisa e da PG-EDU no Brasil, na medida em que ele é realizado sob a forma de práticas internas de competitividade em nível institucional, por um lugar de destaque no espaço educacional. As possibilidades objetivas socialmente constituídas a partir de demandas externas, no caso, entendida como as novas perspectivas do que se pode chamar de mercado simbólico da internacionalização do ensino superior constituindo-se como o espaço internacional aberto para a pesquisa, proporcionando aos agentes institucionais e/ou individuais da ANPEd enquanto integrantes da área de Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil, uma forma possível de participação e de produção de pesquisa. Aquela experiência prática de luta concorrencial interna da ANPEd se encontra assim objetivamente ajustada às chances objetivas oferecidas em âmbito mundial no sentido do empreendimento e da participação na luta por uma parcela do mercado mundial da pesquisa na área educacional. Nesse ponto, entendo o sentido da autonomização buscada pela ANPEd passando não apenas por uma relação à sua posição de representante da sociedade civil frente ao Estado brasileiro, mas também através da luta concorrencial externa, representando a integração na luta pela conquista de capital simbólico via pesquisa, em âmbito internacional². A esse respeito as palavras da Diretoria da ANPEd na Apresentação do *Boletim ANPEd* de setembro de 1995 são claras:

² Em conseqüência ao desdobramento da estrutura administrativa e funcional da ANPEd, foi criado em 1994, junto com outras Coordenações, a Coordenadoria de Relações Internacionais. Desde 1993 se tornara prática

A presença sempre desejada de pesquisadores de outras partes da América Latina e de outras regiões, que assegurem a internacionalização da ANPEd, afirmando-se como entidade participante no processo de globalização do debate científico, e a possibilidade, agora materializada, de lançarmos nossa REVISTA, assinalam o esforço final desta Diretoria para cumprir as metas anunciadas, quando da apresentação de seu programa de trabalho, por ocasião do lançamento de nossa candidatura (Boletim ANPEd, n 1. set. p 9, 1995).

Fica entretanto dentre várias outras, uma questão: o que ter-se-ia a dizer, a respeito do processo de autonomização buscado pela ANPEd, quando considera-se o contexto político-econômico brasileiro da segunda metade da década de 90 e nele se pensa o lugar do campo educacional ? Existem indícios de um projeto de busca de afirmação desse campo, onde se possa pressupor uma conquista que configure alguma forma de afirmação e de participação da área em um projeto de nível nacional ? Sob essa ótica, percebo que a questão da autonomização buscada pela ANPEd, ainda que não resumindo-se a ela, passa também pela vertente da autonomia universitária, questão que vem sendo levantada no meio acadêmico brasileiro de forma muito acentuada desde o projeto de Reforma do Ensino Superior na década de 60, estando assim a intelectualidade brasileira há quase quatro décadas discutindo a universidade num longo processo de constituição de sua autonomia.

Em 1998, a questão retorna à discussão de uma forma mais intensa, pois está voltada para a prática comum entre universidade e governo. O jornal *Folha de São Paulo* de 12/07/98, registrou o tema da 50ª Reunião Anual da SBPC, que tratava de *Educação, Ciência e Investimento*, onde se presume ser a reestruturação do sistema universitário brasileiro o principal assunto em debate. *Reestruturar é preciso*, afirma Sérgio Ferreira (Maurício Tuffani, 1998), então presidente daquela entidade. Pensando no âmbito da discussão a ser feita durante a Reunião, Ferreira destacou a crise universitária e levantou a questão da autonomia que, segundo ele tal como estava sendo proposta pelo governo federal para as universidades públicas *precisa ser repensada, ou será um mero marcapasso*.

Com o mesmo intuito de reforma, o reitor da UFPr, Carlos Antunes dos Santos (Evandro Fadel, *O Estado de São Paulo*, 5/07/1998), apontou como a *grande saída* para a universidade federal o projeto de autonomia que permita a gerência própria dos setores financeiro, administrativo e patrimonial. Ele acredita que somente com essa autonomia cada universidade poderá planejar melhor suas atividades e conclui: *é preciso um novo modelo de universidade, mais flexível, racional e ousada*.

Também na última Constituição Brasileira, de 1988, os termos parecem claros. Em seu artigo 207 está definido que além de gozar de *autonomia didático-científica, administrativa e financeira*, as universidades devem *obedecer ao princípio de indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão*. Mas se o conjunto das vontades dos cientistas brasileiros, acrescido dos dados constitucionais fossem os únicos parâmetros de

comum nas Reuniões Anuais da ANPEd, a presença de professores de instituições de outros países participando de Conferências e Debates.

definição do processo de autonomia universitária essa certamente existiria. Todavia, basta olhar e vê como andam as tomadas de posição por parte do Estado-governo brasileiro sob a direção de Fernando Henrique Cardoso, para se perceber que se continuava no mesmo impasse suscitado pela Reforma Universitária e pelo I PNPG, pois existem mecanismos formais de poder que detêm os instrumentos para compelir as universidades a seguir determinadas regras.

Alguns elementos se tornam ilustrativos tornando mais precisa essa hipótese. É sabido que o presidente Fernando Henrique Cardoso (Wanderley de Souza, *O Globo*, 30/11/97) comunicou à assembléia de pesquisadores membros da Academia de Ciências do Terceiro Mundo, realizada em setembro de 1997 no Rio de Janeiro, que *havia um excesso de bolsas de pesquisa no Brasil* e que *o parque da pós-graduação é muito grande para as necessidades brasileiras* (Reinaldo Guimarães, *Jornal do Brasil*, 11/09/97). Em termos numéricos se constata, que caiu o gasto do CNPq com bolsas e auxílio à pesquisa, entre 1997 e 1998. Passou-se de 540.082,6 milhões de reais em 1997 para 426.292,8 em 1998 (*O Estado de São Paulo*, 21/06/98). Em concordância às afirmações de Fernando Henrique, o então presidente do CNPq, José Galizia afirmou que *o ideal é que 60% da pesquisa que financiamos seja induzida*. A pesquisa induzida é aquela que privilegia uma determinada área considerada estratégica para o país (*O Estado de São Paulo*, 21/06/98).

Enquanto isso, o ex-ministro da Educação Paulo Renato, admitiu como *idéia levada ao extremo, absurda*, os termos da Constituição que asseguram para todas as áreas de conhecimento a obrigação de possuir níveis de ensino, pesquisa e extensão dentro das universidades (*O Estado de São Paulo*, 31/08/97). Foi também o Ministro da Educação quem deu o tom do que se pode pensar em termos da aprovação das regras para a autonomia universitária a partir da escolha do reitor. Disse ele: *queremos definir claramente que autonomia não significa que vamos entregar a universidade para uma gestão própria com regras auto-definidas. Haverá autonomia administrativa e financeira. Mas uma lei geral da autonomia irá fixar as regras para que as universidades se adaptem para enfrentar a nova situação* (*Jornal do Brasil*, 19/07/98). A esses, muitos outros dados podem ser acrescentados, sem que a conjuntura se modifique.

Enfim, como situar em meio a essas determinações e ao governo Lula, uma análise a respeito do processo de autonomização que vem sendo definido pela ANPED ? Percebo através da pesquisa realizada que o reconhecimento do direito à autonomia por parte dos integrantes da ANPED foi desde o início de sua criação a condição necessária para o surgimento de reivindicações democráticas, assim como, o desenvolvimento do jogo de relações em nível democrático com o Estado Brasileiro se transformou no principal instrumento de luta para a defesa do direito à autonomia. Confirmando essa constatação, Alceu Ferraro em seu depoimento definiu autonomia como um longo processo na relação entre ANPED e Estado:

A autonomia da ANPED em relação ao Estado foi e continua sendo um princípio orientador de suma importância para a Associação...A ANPED entende que a sua relação com o Estado não se limita à simples tomada de conhecimento das decisões / orientações dos ministérios e agências de fomento. Ela entende que pode e deve intervir e influir na própria definição e condução

das políticas relacionadas com a pesquisa e a pós-graduação. Não tem sido e não é fácil assegurar na prática essa autonomia. Mas, abrir mão do princípio de autonomia, significa aceitar a redução da ANPEd à condição de braço civil do Estado

Mas será que essa autonomia em relação ao Estado Brasileiro buscada pela ANPEd, somente poderá assumir a condição de possível em um contexto político-econômico onde o governo esteja em condições de realizar plenamente os ideais de independência da sociedade civil e de liberdades individuais, associadas a um estado mínimo, quando simultaneamente esse Estado possa ser a condição de realização da democracia na sociedade brasileira ?

Não. Entendo a partir das reflexões suscitadas por esse trabalho, que, o progresso do campo educacional em direção a sua autonomia se dá na medida em que ele proporcionar a si próprio a tarefa de fornecer uma participação criativa através da disputa entre produtores e consumidores do campo, ao invés de paradoxalmente tentar assumir através da politização do discurso e da ação, os instrumentos de sua própria subordinação às leis que estabelecem a política brasileira do ensino superior, tais como a aceitação das dicotomias público / particular, Estado / Sociedade Civil, e dos princípios da divisão regional. Através da intensificação da luta entre pares concorrentes por onde se dá o princípio de diferenciação do campo educacional em relação aos demais campos de produção científica, vejo a possibilidade da ANPEd e do próprio campo educacional disporem de poder para definir as regras de sua produção e os critérios de avaliação de seus produtos, estando portanto abertos para retraduzirem e reinterpretarem as determinações externas consoante seus princípios de funcionamento, sob uma postura autônoma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE A ANPEd

- ANPEd (1978) Ata da Primeira Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (cópia do documento original)
Boletim ANPEd v. 1. n. 1 jan/fev de 1979.
Boletim ANPEd v. 1. n. 3 out/dez de 1979
Boletim ANPEd v. 2. n. 1 jan/mar de 1980
ANPEd (1981) Ata da Assembléia Geral da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (cópia do documento original).
Boletim ANPEd v. 3. n. 2 nov/dez de 1981.
Boletim ANPEd v. 4. n. 2, 1982.
Boletim ANPEd v. 7. n. 4 agosto de 1985
Boletim ANPEd v. 7. n. 5-6 ou/dez de 1985
Informativo ANPEd v. 8 n 1 jan/mar de 1986.
Boletim ANPEd v. 8. n. 2 abri/junho de 1986.
Boletim ANPEd v. 8. n. 3-4 jul/dez de 1986
Boletim ANPEd v. 9. n. 1 jan/mar de 1987
Boletim ANPEd v. 9. n. 4 out/dez de 1987
Boletim ANPEd v. 10. n. 1 jan/mar de 1988
Boletim ANPEd v. 10. n. 2-3 abr/set de 1988
ANPEd Estatuto de 1988. Niterói, RJ.
Boletim ANPEd v. 10. n. 1-2 jan/jun de 1989.
Boletim ANPEd v. 1-2. Jan/dez de 1990
Boletim ANPEd v. 1-2. Jan/dez de 1991
Cadernos ANPEd NOVA FASE, n 3 1991.

Informativo ANPEd n. 2 nov de 1991
Boletim ANPEd n. 1 set de 1992
Boletim ANPEd n. 2 out/dez de 1992
Boletim ANPEd n. 1 set de 1993
Boletim ANPEd n. 2 out/dez de 1993
ANPEd. Plano Global 1994-1995.
Boletim ANPEd n. 1 out de 1994
Boletim ANPEd n. 2 out/dez de 1994
ANPEd (1994) Relatório da Reunião Técnica dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação, Belo Horizonte.
Boletim ANPEd n. 1 set de 1995
ANPEd – Histórico dos Grupos de Trabalho, set de 1995, BH.
Documentos ANPEd, ANPEd – Trajetória da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil, set de 1995.
ANPEd, Programa da 19ª Reunião Anual de 1996.
ANPEd, CD-Rom, 1996.
ANPEd Estatuto de 1997. SP
ANPEd, Parecer da ANPEd sobre a proposta elaborada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação, dez de 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS

ABREU, J (1969) Uma Política para a Pesquisa Educacional no Brasil, *RBEP*, v 52, n 115, jul / set.
BARBOSA A M (1989) Avaliação das universidades brasileiras: a polêmica do nosso tempo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, CD-Rom, ANPEd 1996
BOBBIO, N (1993) *Os Intelectuais e o Poder*, São Paulo, UNESP.
BOSCHI, R. R (1987) *A Arte da Associação: política de base e democracia no Brasil*, Rio de Janeiro, IUPERJ / VÉRTICE.
BOURDIEU, P (1974) *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Perspectiva
BOURDIEU, P (1979) *La Distinction*, Paris, Ed. de MInuit.
BOURDIEU, P (1984) *Homo Academicus*, Paris, Ed. de MInuit.
BOURDIEU, P (1989a) *Raisons Pratiques*, Paris,. Seuil.
BOURDIEU, P (1989b) *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.
BOURDIEU, P (1989d) La Cause de la Science , In *Actes de la Recherche en Scieces Sociales*, Paris, n. 106-107, Seuil, Mars. 1995.
BOURDIEU, P (1990) *Coisas Ditas*, São Paulo, Brasiliense.
BOURDIEU, P (1991b) Estruturas Mentais e Estruturas Sociais, *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 3
BOURDIEU, P (1994) Stratégies de reproduction et modes de domination, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 105, Seuil, Dec. 1994.
BOURDIEU, P (1966) Campo intelectual e projeto criador In *Problemas do estruturalismo*, Rio de Janeiro, Zahar.
BOURDIEU, P (1975) *El Oficio de Sociologo*, Argentina, Siglo XXI Editores.
BOURDIEU, Pierre (1976) O Campo Científico, *Pierre Bourdieu*, ORTIZ, Renato, (org), São Paulo, Ática.
BRANDÃO, Z (1986) A Pesquisa em Educação e o Impacto do Crescimento da Pós- Graduação no Brasil, *Em Aberto*, Brasília, Ano 5, n 31, jul / set.
CALAZANS, J (1995) ANPEd – Trajetória da Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil, set de 1995.
CAMPOS, M M (1997) Educação, crise e mudança: tensões entre a pesquisa e a política. Palestra proferida na abertura da Reunião Anual da ANPEd, set. de 1997.
CAMPOS, M M e FÁVERO, O (1994) A Pesquisa em educação no Brasil In *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 88, fev.
CAPES / MEC (1975-1976) Produtividade dos cursos de pós-graduação no Brasil.
CAPES / MEC. Seminário sobre a Produção Científica nas Programas de Pós-Graduação em Educação.
CARVALHO SILVA, A (1991) O Financiamento da Pesquisa na Universidade Pública In *Universidade Pública, Política, Desempenho, Perspectivas*, VELLOSO, Jacques (org), São Paulo, Papirus.

- CARVALHO, J. C (1986) Origens da ANPEd: de institucionalizada à instituinte In *Boletim ANPEd*, v. 8, n 3-4, jul/dez de 1986.
- CASTELLS, M (1974) *Sociologies des Mouvements Sociaux Urbaines*, Paris, École des Hautes Études en Science Sociales, v. 1.
- COELHO, E C (1988) *A Sincura Acadêmica*, Rio de Janeiro, IUPERJ / Vértice
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 977/65. Rio de Janeiro
- COUTINHO, A (1977) *Universidade, Instituição Crítica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CRUZ, S e MARTINS, C B (1984) De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré- história da “abertura” In *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
- CUNHA, L A (1986) *A Universidade Temporã – o ensino superior da colônia a era Vargas*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- CUNHA, L A (1989) *Qual Universidade ?*, São Paulo, Cortez, Col: Polêmicas do nosso tempo, n 31
- CUNHA, L A (1990) Pós-Graduação em Educação: um ponto de inflexão ? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 77, maio.
- CUNHA, L A (1991) *Educação, Estado e Democracia no Brasil*, São Paulo, Cortez.
- CUNHA, L A (1996) Políticas para o Ensino Superior no Brasil: até onde irá a autonomia universitária ? *Educação & Sociedade*, Ano XVII, n 55, agosto.
- CUNHA, L A (1997) Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica reconstruída, *Cadernos de Pesquisa*, n 101, jul
- CURY, C R J (1997) Reforma Universitária na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, *Cadernos de Pesquisa*, n 101, jul.
- DIAS, E (1975) Uma Introdução à reflexão sociológica weberiana In *Lugar em Comunicação*, n. 6, Rio de Janeiro, Rio Sociedade Cultural.
- DURHAM E (1992) A Institucionalização da Avaliação In *Avaliação do Ensino Superior*, S. Schwartzman (org), São Paulo, EDUSP.
- EVANDRO, Fadel Paraná aponta a autonomia como uma saída, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Geral, 5/07/1998, p.A 15
- FÁVERO M de L (1980) *Universidade e Poder*, Rio de Janeiro, Achiamé.
- FÁVERO, M de L (1996) Autonomia Universitária no Brasil e a Intervenção do Estado In *Universidade na América Latina: tendências e perspectivas*, São Paulo, Cortez, Perspectivas da nossa época, n 60.
- FÁVERO, M de L (1996) Autonomia Universitária: desafio de ontem e hoje. Conferência Regional sobre Políticas y Estrategias para la Transformación de la Educación Superior en América Latina y Caribe, Havana.
- FERNANDES, F (1975) *A Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução ?*, São Paulo, Alfa-Ômega.
- FERRARO, A (1998) Entrevista /Depoimento.
- FRIGOTTO, G (1985) A ANPEd e a avaliação da pós-graduação em educação In *Boletim ANPEd*, v. 7, n 5-6, out/dez de 1985.
- GATTI, B (1983) Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil: 1978 – 1981, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 44.
- GIANNOTTI, J A (1986) *A Universidade em Ritmo de Barbárie*, São Paulo, Brasiliense.
- GOLDEMBERG, J (1993) O repensar da educação no Brasil In *Estudos Avançados*, 7(18), 1993.
- GOUVEIA, A J (1971) A Pesquisa Educacional no Brasil, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 1, jul.
- GOUVEIA, A J (1976) A Pesquisa sobre Educação no Brasil: de 1970 para cá, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 19.
- GUADILLA, C (1994) Identificação das mudanças no discurso sobre a universidade latino-americana, In: *Dilemas do Ensino Superior na América Latina*, PAIVA, V e WARDE, M (orgs), Capinas, Papyrus.
- HALL, R H (1963) O conceito de burocracia: uma contribuição empírica In *Sociologia da Burocracia*, CAMPOS, E (org), Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- HANNIGAN, J (1985) *AlaIn TouraIne, Manuel Castells and social moviment theory: a critical appraisal In The Sociological Quarterly*. V. 26, n. 4. University of Toronto. Canadá.
- HENRIQUES, V. (1993) Campo Educacional: identidade científica e interdisciplinaridade, In *RBEP* v. 74. n. 178. set / dez 1993.
- JOSÉ Galizia, Investimentos em pesquisa são mal distribuídos, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Geral, 21/06/1998, p. A 4.
- GOFF J.L (1984) Documento / Monumento In *Memória-História*, RJ, Imprensa Nacional, *Enciclopédia Einaldi*. v. 1.

- LOVISOLO, H (1997) Comunidades Científicas: condições ou estratégias de mudança, *Educação & Sociedade*, Ano XVIII, n 59, agosto.
- LUDKE, M (1987) Avaliação e Universidade: um debate necessário, *Ciência e Cultura*, n 39 (12).
- MARTINS, C B (1997) O Ensino Superior Privado no Distrito Federal, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 102, nov.
- MARTINS, C. B e CRUZ, S. V (1984) De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura” In *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, ALMEIDA, M H e SORJ, B (orgs) São Paulo, Brasiliense.
- MARTINS L (1986) A gênese de uma Intelligentsia: os Intelectuais e a política no Brasil 1920 – 1940. *RBCS*, v 4, n 2 jan.
- MARTINS, Filho (1964) *Autonomia das Universidades Federais*, CE, Imprensa Universitária do Ceará.
- MAURÍCIO Tuffani, Crise Universitária é tema da 50ª Reunião Anual da SBPC, *Folha de São Paulo*, São Paulo, Cotidiano, 12/07/1998, p.3.
- MEC (1961) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília.
- MEC (1986) Relatório, Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior, Brasília.
- MEC / Brasil (1968) Reforma Universitária
- MEC / CAPES (1975) Produtividade dos Cursos de Pós-Graduação no Brasil – 1975.
- MEC / SESu / CAPES (1982-1985) II Plano Nacional de Pós-Graduação, Brasília.
- MEC / SESu / CAPES (1986-1989) III Plano Nacional de Pós-Graduação, Brasília.
- MEC. (1968-1969). *Reforma Universitária*, Governo Costa e Silva. Brasília.
- MELLO, G N de (1982) Pesquisa em Educação: questões teóricas e Questões de método, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 40, fev.
- MILLS. W(1969) *A Nova Classe Média*, Rio de Janeiro, Zahar.
- NASCIMENTO, B L (1991) A reforma universitária de 1968: origem, processo e resultados de uma política para o ensino superior. Tese de Doutorado, UFRJ, CD-Rom ANPEd, 1996.
- PAIVA, A (org) (1997) Reflexões Sobre a Pós-Graduação em Educação no Brasil: a experiência da FAE-UFMG, Belo Horizonte, Autêntica.
- PAULO Renato de Souza, Ministro quer vários tipos de Universidade, *Folha de São Paulo, SP*, Cotidiano, 31/08/1997, p 3
- PAULO Renato de Souza, Tem que haver respeito à lei, *Jornal do Brasil, RJ*, 2º Caderno, 19/07/1998, p 12.
- PÉCAUT, D (1990) *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*, São Paulo, Ática.
- PIMENTEL, M A (1991) Relações entre Estado-Universidade no Brasil (1960 / 1978): o discurso-ação do Conselho Federal de Educação no projeto de autonomia universitária. Tese de Doutorado, UFRJ, CD-Rom ANPEd, 1996.
- PINHEIRO, M (1987) A Autonomia e o desempenho da universidade, segundo dirigentes universitários. Dissertação de Mestrado, UFRJ, CD-Rom ANPEd, 1996.
- REINALDO Guimarães, O ataque à pós-graduação, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º Caderno, 11/09/1997, p.3.
- RIBEIRO, D (1978) *A Universidade Necessária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- RIBEIRO, S da C (1992) Universidade Pública: Autonomia, Soberania e Outros Bichos In *Avaliação do Ensino Superior*, S. Schwartzman (org), São Paulo, EDUSP.
- ROCHA NETO, I (1991) A universidade Pública, a formação de quadros e o país In *Avaliação do Ensino Superior*, S. Schwartzman (org), São Paulo, EDUSP.
- RODRIGUES, S. B. P (1992) O Paradigma estatista na análise de Política Urbana: não seria por aí ? Comunicação apresentada na V Semana de Arquitetura e Urbanismo. EAU-UFF. Niterói.
- SANTOS, W.G (1984) A Pós -“Revolução” Brasileira. Mimeo.
- SCHWARTZMAN, S (1981) *Ciência, Universidade e Ideologia*, Rio de Janeiro, Zahar.
- SCHWARTZMAN, S (1979) *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, Rio de Janeiro, Cia Ed. Nacional
- SILVA JÚNIOR, J dos R (1996) Tendências do Ensino Superior diante da atual reestruturação do processo produtivo no Brasil, In: *Universidade na América Latina: tendências e perspectivas*, Afrânio M Catani (org), São Paulo, Cortez, Questões da Nossa Época.
- SOBRAL, F (1997) Para onde vai a Pós-Graduação Brasileira ? ANPOCS.
- SOBRAL, F e FIGUEIREDO, V (1991) A Pesquisa nas Universidades Brasileiras In *Universidade Pública, Política, Desempenho, Perspectivas*, VELLOSO, Jacques (org), São Paulo, Papirus.
- SUCUPIRA, N (1980) Antecedentes e primórdios de pós-graduação no Brasil In *Forum Educacional*, RJ, v.4, n. 4, p. 3-18, dez.

- TEIXEIRA, A (1967) Aspectos da Reconstrução da Universidade Latino-Americana, *RBEP*, n 105, v 47, jan / mar.
- TRIGUEIRO, D (1972) Pesquisa e Ensino no Mestrado de Educação In *RBEP*, n 128, v. 58, out/dez de 1972.
- TRIGUEIRO, D (1967) Governo da Universidade, *RBEP*, n 105, v 47, jan / mar.
- UDY, S (1959) “Burocracia” e “Racionalidade” na teoria weberiana da organização In *Sociologia da Burocracia*, CAMPOS, E (org), Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- VELLOSO, J (1991) Custos Reais e Custos Contábeis da Universidade Pública In *Universidade Pública, Política, Desempenho, Perspectivas*, VELLOSO, Jacques (org), São Paulo, Papirus.
- VELLOSO, J (1978) Reflexões sobre a Produção Científica na Pós-Graduação em Educação e a Participação de Discentes. MEC / CAPES. Maio. Seminário sobre a Produção Científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação.
- VERGARA, S C (1989) A autonomia das universidades federais brasileiras: um estudo empírico. Tese de Doutorado, UFRJ, CD-Rom ANPEd, 1996.
- WANDERLEY de Souza, Sobressaltos na comunidade científica e tecnológica, *O Globo*, RJ, Opinião, 30/11/1997, p. 7.
- WARDE, M (1992) As Políticas das Organizações Internacionais para a educação In *Em Aberto, Brasília, ano 11, n 56, out/dez de 1992*.
- WARDE, M (1990) Papel da Pesquisa na Pós-Graduação em Educação, *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 73, maio.
- WEBER, M (1963) *Le Savant et le Politique*, Paris, Union Générale d’editions.